

J. R. Duran/Divulgação

Octavio Frias de Oliveira, morto aos 94 anos, manteve-se em atividade até o ano passado

Senado homenageia Frias, o homem que inovou o jornal

A trajetória de Octavio Frias de Oliveira, definido como “protagonista da modernização da mídia brasileira na segunda metade do sé-

culo 20”, foi destacada em Plenário por vários senadores. Publisher da Folha de S. Paulo, Frias morreu domingo aos 94 anos. **Páginas 4 e 5**

Plenário lembra Paulo Freire, o ideólogo da “educação libertária”

Os dez anos da morte do educador Paulo Freire, autor da Pedagogia do oprimido e de um método de alfabetização de adultos, foram

assinalados ontem em Plenário pelos senadores Cristovam Buarque, José Nery, Eduardo Suplicy e Epitácio Cafeteira. **Página 6**



Ana Maria Freire, viúva do educador, ao lado de Suplicy (em pé) e Renan

Infra-estrutura deve preceder pavimentação

Comissão aprova projeto que condiciona benefício em vias urbanas de novos loteamentos à prévia implantação de rede de infra-estrutura

O projeto de Augusto Botelho foi aprovado pela Comissão de Serviços de Infra-Estrutura em caráter conclusivo (poderá seguir diretamente para análise da Câmara dos Deputados se não houver recurso para que o Plenário o examine). O senador observou que a falta de saneamento

básico é o principal fator de disseminação de doenças infecto-contagiosas e uma das causas da elevação da taxa de mortalidade infantil. Disse ainda que muitos administradores públicos deixam em segundo plano a infra-estrutura básica, preocupando-se apenas com a pavimentação. **Página 3**



Marconi Perillo (E) preside reunião em que a CI decidiu criar subcomissão para debater infra-estrutura e desenvolvimento

Distribuição de vacina contra HPV terá debate na CAS

A Comissão de Assuntos Sociais, que examina projeto sobre a distribuição de vacina contra o papilomavírus humano (HPV), realizará audiência pública sobre o tema. Está previsto também debate a respeito da saúde das modelos. **Página 8**

Hélio Costa quer discutir TV digital

O ministro das Comunicações, Hélio Costa, sugeriu uma conferência nacional para debater assuntos como TV digital, emissora pública e marco regulatório. **Página 2**

Comissão marca para quarta o exame de pacote antiviolação

A Comissão de Justiça marcou para quarta-feira reunião com o objetivo de continuar o exame de projetos do pacote antiviolação. Desde o início de março, já foram aprovadas 24 propostas destinadas a garantir a segurança pública. **Página 7**



Azeredo pede apoio a substitutivo sobre crimes cibernéticos

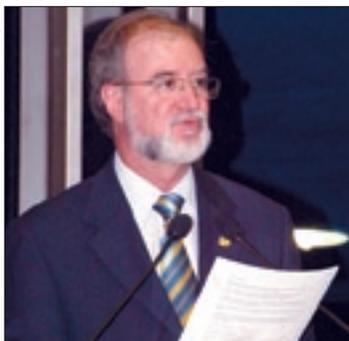
Eduardo Azeredo (PSDB-MG) pediu ontem apoio para o texto substitutivo aos projetos de lei do Senado e da Câmara, em análise na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), que tipificam crimes cometidos na internet e estabelecem as punições. Azeredo – relator dos projetos (PLS 76/00 e 137/00 e PLC 89/03) na CCJ – argumenta que esse tipo de crime vem aumentando significativamente nos últimos anos, com 197 mil ocorrências no país em 2006, um crescimento de 53%.

O senador exemplificou com um caso recente ocorrido em Brasília e evitado a tempo pela Polícia Civil do Distrito Federal, em que um grupo de adolescentes teria planejado o assassinato de outro adolescente pela internet.

– Trata-se de problema sério e que precisa ser enfrentado pela legislação brasileira – defendeu.

Azeredo esclareceu que a proposta em análise na CCJ não tem o objetivo de cercear a liberdade de expressão ou invadir a privacidade das pessoas, mas visa combater uma série de crimes como a clonagem de cartões de crédito e de celulares, entre outros cometidos com o auxílio da internet.

Wellington Rodrigues



Eduardo Azeredo: país registrou, no ano passado, 197 mil crimes na internet

Para Hélio Costa, a Frente Parlamentar Mista da Radiodifusão é o foro adequado para ouvir especialistas e elaborar anteprojeto da comunicação de massa no Brasil

Ministro sugere conferência para debater setor de telecomunicações

Durante a instalação da Frente Parlamentar Mista da Radiodifusão, realizada ontem, o ministro das Comunicações, Hélio Costa, sugeriu a organização de conferência nacional de telecomunicações para debater todos os aspectos que envolvam a área – como TV e rádio digitais, TV pública brasileira e marco regulatório para o setor. Na opinião do ministro, a Frente Parlamentar da Radiodifusão é o foro adequado para convidar especialistas e elaborar um anteprojeto de lei geral da comunicação de massa no Brasil.

Hélio Costa acrescentou que os parlamentares integrantes da frente podem contribuir com propostas de políticas públicas para a comunicação. O ministro disse que as políticas a serem implementadas pela pasta precisam estar embasadas em parâmetros capazes de enfrentar a atual realidade. Nesse sentido, observou, o Ministério das Comunicações precisa do apoio da Frente Parla-



Costa (2º à esq.), na instalação da frente presidida pelo deputado Paulo Bornhausen (C)

mentar da Radiodifusão.

Presidido pelo deputado Paulo Bornhausen (DEM-SC), o grupo tem como objetivo discutir as mudanças que vêm ocorrendo no setor de comunicações em consequência da evolução tecnológica e do surgimento de novas mídias. O colegiado é composto por 21 senadores e 203 deputados, que farão o acompanhamento de políticas de desenvolvimento da radiodifusão nacional e da implantação de novas tecnologias

no Brasil, bem como o contínuo aperfeiçoamento da legislação brasileira para o setor.

Na opinião de Paulo Bornhausen, a lei geral para o setor deve ser construída conjuntamente por parlamentares e representantes da sociedade e do setor da radiodifusão brasileira. O deputado ressaltou que a frente é um fórum ultrapartidário que vai discutir os temas relacionados às telecomunicações com todos os setores envolvidos.

CCT vota projeto sobre valor calórico na próxima quarta

A reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) que seria realizada ontem foi transferida para a próxima quarta-feira, às 8h45. O presidente do colegiado, senador Wellington Salgado (PMDB-MG), informou que a pauta será a mesma.

Entre as proposições que deverão ser votadas, está o projeto

de lei de autoria do senador Pápaléo Paes (PSDB-AP) que torna obrigatória a informação do valor calórico dos produtos anunciados em propagandas de alimentos e bebidas (PLS 121/05).

A proposta, que recebeu parecer favorável da senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE), será submetida à Comissão de Assuntos Sociais (CAS) para votação

em decisão terminativa.

A CCT deve votar ainda requerimento para que seja instituída, no âmbito do Senado, a Semana de Ciência e Tecnologia, a ser celebrada anualmente no mês de outubro. Fazem parte da pauta, também, dez projetos de decreto legislativo com o objetivo de permitir o funcionamento de emissoras de rádio e TV no país.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário homenageia marechal Rondon

A sessão é deliberativa e começa às 14h. O Senado homenageia na hora do expediente, antes da votação das matérias previstas na ordem do dia, o 142º aniversário de nascimento do marechal Cândido Mariano da Silva Rondon e o centenário da Comissão Rondon.

Demissões arbitrárias de dirigentes sindicais

A Subcomissão Permanente de Trabalho e Previdência, da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), e a Comissão de Direitos Humanos (CDH) debatem, às 9h, ocorrências de demissões arbitrárias de dirigentes sindicais e membros de comissão interna de prevenção de acidentes (Cipa).

Comissões debatem Emenda 3

Às 14h, as comissões de Assuntos Sociais (CAS) e de Direitos Humanos (CDH) reúnem-se para debater a Emenda 3, apresentada ao projeto de lei que criou a Super-Receita. O presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), José Nilton Padelot, é um dos convidados ao debate.

Exploração de gás natural pela Petrobras na Bolívia

A Comissão de Relações Exteriores (CRE) tem reunião marcada para as 14h. O primeiro dos nove itens da pauta é a proposta de Heráclito Fortes (DEM-PI) e Eduardo Azeredo (PSDB-MG) para discutir as últimas medidas tomadas pelo governo da Bolívia sobre a exploração de gás natural realizada pela Petrobras.

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
1º Vice-Presidente: Tião Viana
2º Vice-Presidente: Alvaro Dias
1º Secretário: Efraim Moraes
2º Secretário: Gerson Camata
3º Secretário: César Borges
4º Secretário: Magno Malta
Suplentes de Secretário: Pápaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Weiller Diniz
Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios
Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Iara Altafin, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade e Juliana Steck
Diagramação: Henrique Eduardo Lima de Araújo e Iracema F. da Silva
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéas D. de Moraes
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima
Arte: Cirilo Quartim e Bruno Bazilio
Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327
Chefia de reportagem: Denise Costa, Davi Emerich e Moisés de Oliveira (61) 3311-1670
Edição: Rafael Faria e Rita Nardelli (61) 3311-1151
O noticiário do Jornal do Senado é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Site: www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800 61-2211 - Fax: (61) 3311-3137
Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Renan Calheiros, Magno Malta, Eduardo Suplicy, Romeu Tuma, Paulo Paim e Flexa Ribeiro

Paim pede a sindicalistas que enviem reivindicações ao Senado

Ao homenagear os trabalhadores pela passagem de mais um 1º de maio, data na qual se comemora mundialmente o Dia do Trabalho, Paulo Paim (PT-RS) pediu aos dirigentes sindicais que apresentem uma pauta de reivindicações ao Senado. Ele sugeriu que o documento incluía propostas como o fim do fator previdenciário, a transferência dos encargos incidentes na folha de pagamento para o faturamento das empresas, aumentos reais e iguais para o salário mínimo e para os vencimentos de aposentados e pensionistas, redução da jornada de trabalho sem diminuição dos salários e participação dos trabalhadores nos lucros das empresas.

O senador informou que hoje, às 14h, as comissões de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da qual ele é o presidente, e a de Assuntos Sociais realizarão audiência com representantes de várias centrais sindicais para discutir a Emenda 3 ao projeto de Lei de Câmara 20/06, que criou a Super-Receita. A emenda, vetada pelo presidente Lula, proíbia os auditores fiscais da Receita Federal de autuar ou fechar empresas prestadoras de serviço constituí-



Paim informa que comissões se reúnem hoje para discutir Emenda 3

das por uma única pessoa quando entendessem que a relação de prestação de serviços com uma outra empresa fosse, na verdade, uma relação trabalhista.

Em apartes, Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), Sérgio Zambiasi (PTB-RS), Sibá Machado (PT-AC) e Leomar Quintanilha (PMDB-TO) defenderam os direitos dos trabalhadores; Mão Santa (PMDB-PI) leu notícia segundo a qual o padre Marcelo Rossi teria criticado o governo pelo excesso de assistencialismo e cobrado mais empregos; Wilson Matos (PSDB-PR) apoiou a proposta de desonerar os encargos sobre a folha de pagamento.

Flexa Ribeiro propõe reflexão sobre os desafios do trabalho no Brasil

Mais do que festejar, o 1º de maio deve ser uma oportunidade para refletir sobre o desafio de criar condições adequadas para que o trabalho cumpra, no Brasil, suas funções psicológicas, sociais e econômicas. A opinião é de Flexa Ribeiro (PSDB-PA).

Para o senador, além de criar empregos e condições para a economia crescer, é fundamental tornar o trabalhador brasileiro mais eficiente e competitivo. Ele também apontou a necessidade de aumento da massa salarial, o que, observou, traria reflexos positivos para economia como um todo e para a arrecadação de impostos.

Outro desafio apontado por Flexa Ribeiro é incluir a imensa quantidade de pessoas que trabalham sem nenhuma proteção legal. Acrescentou ainda que caberá ao Congresso Nacional se debruçar o quanto antes sobre o tema da reforma trabalhista.

O parlamentar homenageou “o grande trabalhador que foi Octavio Frias de Oliveira”. O empresário, dono do jornal Folha de S. Paulo, morreu no último domingo, aos 94 anos. Vários senadores



Flexa Ribeiro: trabalhadores paraenses querem políticas para geração de renda

manifestaram seu pesar na sessão plenária desta quarta-feira.

– Frias será lembrado pela sua luta e de seu grupo jornalístico pela liberdade que todos queremos permanentemente – disse.

Mais emprego

Flexa Ribeiro citou pesquisa do jornal O Liberal mostrando que a falta de políticas públicas para geração de emprego e renda é o principal problema apontado pelos trabalhadores de Belém.

Também cobrou da governadora do Pará, Ana Júlia Carepa, a retomada das obras de expansão da unidade de saúde de Ponta de Pedra, na ilha do Marajó.

Pauta de comissão inclui indicações de ministros de tribunais superiores, uso obrigatório de *air bag* e punição mais rigorosa para tráfico de drogas em ambiente escolar

CCJ deve votar no dia 9 mais projetos do pacote da segurança

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) marcou reunião para o próximo dia 9 com o objetivo de continuar a votação dos projetos do pacote da segurança pública e de examinar outras matérias prontas para apreciação. Segundo informações do gabinete do presidente do colegiado, senador Antonio Carlos Magalhães (DEM-BA), para a próxima reunião da CCJ está prevista a votação de três mensagens presidenciais indicando ministros para tribunais superiores. Desde o início de março, já foram aprovadas 24 propostas destinadas a promover a paz no país.

Entre os projetos que ainda dependem de deliberação da comissão, está o de autoria do senador licenciado Hélio Costa que propõe punição mais rigorosa para o tráfico de entorpecentes nas escolas (PLS 34/03). Pelo substitutivo do senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), terão as penas duplicadas os responsáveis por tráfico ilícito de drogas quando o crime envolver ou visar atingir criança e adolescente ou quem tenha, por qualquer motivo, diminuída ou suprimida a capacidade de entendimento e determinação. Também serão duplicadas as penas de quem praticar o tráfico de drogas nas dependências ou imediações de instituição de ensino.

Nos estabelecimentos prisionais ou hospitalares, sociais, culturais, recreativos, esportivos ou beneficentes, em locais de



Antonio Carlos Magalhães (D) decidirá sobre exame de mais projetos na próxima reunião

trabalho coletivo, em recintos onde se realizem espetáculos ou diversões de qualquer natureza, em locais de serviços de tratamento de dependentes de drogas ou de reinserção social, em unidades militares ou policiais ou em transportes públicos, a pena será aumentada de um sexto a dois terços, de acordo com o substitutivo.

Ainda poderão ser examinadas duas propostas de emenda à Constituição (PECs 60/05 e 22/01) que tramitam em conjunto e que têm por objetivo reservar um percentual fixo das receitas da União, do Distrito Federal, dos estados e dos municípios para ações de segurança pública.

Há outros projetos sobre segurança pública à espera de deliberação do colegiado e que poderão ou não, conforme decisão do senador Antonio Carlos Magalhães, ser incluídos no pacote.

Air bag

Deve fazer parte também da

próxima pauta da CCJ substitutivo de Lúcia Vânia (PSDB-GO) a projeto de lei de Eduardo Azeredo (PSDB-MG) que torna obrigatório o uso, nos veículos automotores, de equipamento suplementar de retenção (*air bag*) frontal para o condutor e para o passageiro do banco dianteiro (PLS 115/04).

A indicação de duas juízas federais para o cargo de ministro do Tribunal Superior do Trabalho (TST) e a de um juiz federal para ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) poderá ser votada na reunião da CCJ. Em decorrência da aposentadoria dos ministros do TST Ronaldo José Lopes Leal e José Luciano de Castilho Pereira, estão sendo submetidos à análise os nomes respectivamente das juízas Maria de Assis Calsing e Dora Maria da Costa. Já no STJ, com a aposentadoria do ministro Jorge Tadeo Flaquer Scartezini, deverá ocupar o cargo o juiz Napoleão Nunes Maia Filho.

Renan participa de encontro nacional de corregedores

O presidente do Senado, Renan Calheiros, participou da abertura do Encontro Nacional de Corregedores da Justiça Estadual, Federal, do Trabalho e Militar, realizado ontem na sede do Supremo Tribunal Federal, em Brasília. Entre os assuntos a serem debatidos no evento, que prosseguirá até amanhã, estão a impunidade, o processo penal e a fiscalização de cartórios.

Ao discursar durante a cerimônia – na qual estava presente o corregedor Nacional de Justiça,



Renan: Senado aprovou medidas relativas à Justiça

Antônio de Pádua Ribeiro –, Renan lembrou e destacou duas das funções dos corregedores de Justiça: a prestação de contas e o monitoramento da efetiva realização dos serviços judiciários. Ele

afirmou ainda que “a recente criação do Conselho Nacional de Justiça reforçou a importância da Corregedoria”.

O parlamentar recordou também que o Senado aprovou recentemente medidas relacionadas à Justiça, como as que integram o pacote da segurança pública votado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) da Casa.

Deverão participar dos debates, entre outros, o senador Demostenes Torres (DEM-GO), o deputado federal Flávio Dino (PCdoB-MA) e os juristas Ives Gandra da Silva Martins e Walter Ceneviva.

Senadores lembram trajetória do presidente do Grupo Folha, falecido no domingo, e acolhem proposta de Arthur Virgílio para sessão especial

Octavio Frias será homenageado pelo Plenário

Encabeçado pelo líder do PSDB, senador Arthur Virgílio (AM), requerimento solicitando a realização de sessão especial em homenagem ao empresário Octavio Frias de Oliveira foi aprovado em Plenário. Presidente do Grupo Folha, Frias morreu no domingo, aos 94 anos, em São Paulo.

A trajetória profissional do empresário foi lembrada ontem por diversos senadores, em

discursos da tribuna. Os parlamentares lembraram os desafios assumidos por Octavio Frias a partir da aquisição do jornal Folha de S. Paulo e sua liderança à frente do grupo que hoje inclui o portal Universo On-Line (UOL), o Instituto Datafolha, o jornal Agora, a editora Publifolha, a gráfica Plural e o diário econômico Valor, em parceria com as Organizações Globo.

De acordo com informe veiculado na página

do portal UOL, o empresário tinha uma “personalidade inquieta e dinâmica” e sua atuação na área de comunicação “foi marcada pela independência em relação a governos e grupos econômicos, assim como pela pluralidade das visões que abrigou em seus veículos de informação”. Octavio Frias manteve-se em atividade até novembro, quando foi hospitalizado em virtude de uma queda doméstica.

Romeu Tuma



Infância difícil vencida com perseverança

O senador Romeu Tuma (DEM-SP) lembrou a infância difícil de Octavio Frias, forçado a trabalhar ainda jovem, após a morte da mãe e o desemprego do pai, começando como office-boy em 1926, na Companhia de Gás de São Paulo. Quatorze anos depois, ocupava a diretoria de Contabilidade e Planejamento do Departamento Estadual do Serviço Público de São Paulo.

Aos 31 anos de idade, conforme Tuma, Frias participou da criação do Banco Nacional Imobiliário. Dez anos depois, criou uma das primeiras empresas do país especializadas na venda direta de ações ao público. Foi ainda sócio da Estação Rodoviária de São Paulo até que, em 1962, comprou o jornal Folha de S. Paulo.

Em 1983, observou o senador, o jornal “transformou-se em baluarte, na imprensa, do movimento pelas eleições diretas” para a Presidência da República.

– Frias mostrou inteligência prática e tino comercial. Era agnóstico em religião e liberal em política e economia – lembrou.

José Agripino



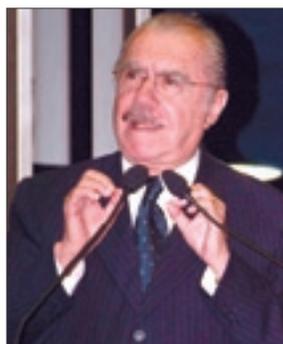
Exemplo para os trabalhadores brasileiros

“Gostaria de homenagear o trabalhador brasileiro na figura de Octavio Frias, que trabalhou até os 92 anos de idade”, ressaltou José Agripino (DEM-RN), ao apresentar voto de pesar em nome do seu partido. Ele fez menção ao Dia Internacional do Trabalho para reverenciar Frias, que é considerado um dos responsáveis pela modernização da mídia brasileira.

Apesar de dizer que não conheceu Octavio Frias pessoalmente, Agripino revelou que o admirava sobretudo por duas características: sua qualidade empresarial e suas idéias. A trajetória do empresário foi lembrada pelo senador, desde a aquisição da Folha de S. Paulo até a consolidação do Grupo Folha.

– Tudo o que Octavio Frias e seus filhos fizeram foi bem-sucedido, por ter sido feito com talento e qualidade empresarial. A Folha tem a melhor feição gráfica e a melhor qualidade de impressão. Mas o melhor mesmo está dentro do jornal: no seu corpo de editoriais e de jornalistas – afirmou Agripino.

José Sarney



Postura marcada pela curiosidade de um repórter

José Sarney (PMDB-AP), que não pôde comparecer ao velório, porque participava em Nova York de conferência das Nações Unidas sobre clima e o meio ambiente, disse que ele e Octavio Frias foram testemunhas privilegiadas dos últimos 50 anos da história do Brasil, e ressaltou as características marcantes do amigo: a simplicidade, a austeridade e a curiosidade de repórter.

O senador lembrou que, para manter o prazer da convivência e o gosto da amizade, evitavam discutir divergências e analisar posições que pudessem comprometer a relação entre ambos.

– Ele conversava com alma de repórter, sempre perguntando. Nunca ele, que era dono de um império de comunicação, colocou um pedaço desse império a serviço da vaidade pessoal. Às vezes, achávamos que o seu jornal podia ser julgado como ácido, como muito rigoroso, como sem qualquer tolerância, mas é porque ele tinha a concepção filosófica da função da imprensa – assinalou Sarney.

Arthur Virgílio



Defensor da ampla liberdade de expressão

Relembrando episódio em que divergiu frontalmente de posição da Folha, o líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), disse que, mesmo assim, teve o direito de manifestar sua opinião em artigo publicado no próprio jornal.

Ele destacou o espírito democrático de Frias, o qual, na opinião do parlamentar, se traduziu na ampla liberdade de expressão conquistada pelos profissionais do Grupo Folha.

– No artigo, mantive minhas posições, mas fui obrigado a me render ao fato de que o espírito de democracia que presidia a cabeça de Octavio Frias era tão grande que abria espaço do seu jornal para que alguém ratificasse as acusações que havia feito.

Virgílio ressaltou outra característica democrática do diário, ao disponibilizar sua página de “Tendências e debates” para que todos possam manifestar seu ponto de vista.

Em aparte, Tasso Jereissati (PSDB-CE) elogiou Frias pela construção de um jornal sem vínculos com o poder.

Pedro Simon



Um empresário que nunca pediu favores políticos

Em sua homenagem ao empresário paulista, Pedro Simon (PMDB-RS) afirmou que Frias “nunca se identificou com grupos políticos, preferindo manter a linha independente de jornalismo que o marcou”.

– Era um homem que nasceu humilde e continuou simples. Como exemplo, posso dizer que um dos mais poderosos homens de São Paulo nem sequer aparecia em fotos no seu jornal – assinalou Simon, lembrando que Octavio Frias de Oliveira jamais “pediu favores políticos ou os aceitou”.

Para Simon, o publisher da Folha tinha prazer em praticar um jornalismo de respeito ao leitor e a seus funcionários e jornalistas.

– Ele tinha orgulho de quem trabalhava com ele e tratava a todos com retribuições de carinho – disse o senador.

O presidente do Senado, Renan Calheiros, associou-se à homenagem feita por Simon e manifestou solidariedade à família do empresário. Renan registrou que Frias nunca teve o poder como ambição pessoal.

Marco Maciel



Encarnação das virtudes republicanas

Autor de requerimento de condolências à família de Octavio Frias e seus empregados, Marco Maciel (DEM-PE) destacou três características que, disse, marcaram a personalidade do empresário: simplicidade, otimismo e humor.

Maciel lembrou a adolescência pobre de Frias e seu espírito empreendedor que o levou a descobrir a carreira de jornalista com mais de 50 anos de idade, quando comprou a Folha de S. Paulo.

– De lá para cá, o jornal cresceu, tornou-se um dos mais influentes do país. Ele converteu a Folha numa praça intelectual, para usar a expressão de Ortega y Gasset, um verdadeiro jornal de debates sobre todos os assuntos, de A a Z. Octavio Frias foi o que os romanos designariam como um vir bonus, um cidadão prestante, que bem encarnava as virtudes republicanas – afirmou.

Eduardo Suplicy (PT-SP) associou-se à homenagem e solicitou que um requerimento semelhante, de sua iniciativa, fosse anexado ao de Marco Maciel.

Octavio Frias foi um brasileiro ímpar, diz Renan Calheiros

O presidente do Senado, Renan Calheiros, afirmou ontem, em Plenário, que o empresário e dono do jornal Folha de S. Paulo, Octavio Frias de Oliveira, falecido no dia 29 de abril, foi “um brasileiro ímpar, um patriota como poucos, que tinha paixão pela notícia e pela informação”.

– Quero, em nome do Senado, homenagear um homem que soube transformar seus sonhos em legado de liberdade e democracia para o país inteiro. Um homem à frente de seu tempo. Mais do que lamentar a morte do empresário, devo louvar os 94 anos de uma vida marcada pela ética, pela determinação e pela coragem – assinalou.

Renan destacou a simplicidade de Frias e disse que o empresário foi responsável pela modernização e pela consolidação de um dos maiores e mais influentes diários do país.

– O homem que começou como office-boy e acabou por construir o Grupo Folha, um dos conglomerados mais significativos da comunicação brasileira, fazia questão de ser chamado de “seu” Frias. A personalidade cativante e a gentileza no trato pessoal eram traços de quem nunca teve o poder como privilégio pessoal – afirmou o presidente do Senado, ao ressaltar que Frias também se destacou ao lutar pela democracia e ao ajudar a construir uma imprensa livre e independente no país.

Capacidade empreendedora é ressaltada por Malta

Magno Malta (PR-ES) rendeu homenagens ontem ao jornalista e publisher do jornal Folha de S. Paulo, Octavio Frias de Oliveira. O senador enalteceu a capacidade empreendedora e de geração de empregos do jornalista.

– É de causar inveja a nós, que não tivemos a oportunidade de conviver com ele – disse, ao fazer comparação com os senadores que o antecederam na tribuna e relataram episódios positivos de convívio pessoal com Frias.

O parlamentar cumprimentou a família e os colaboradores do jornalista pela perda do “grande homem do Brasil”. Na opinião de Magno Malta, pessoas como Octavio Frias influenciam positivamente a vida de outras e seu exemplo, acrescentou, merece ser copiado.

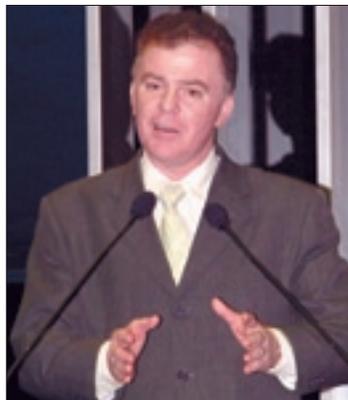
Líder do PSB é favorável à construção – se for ambientalmente viável – de hidrelétricas “que permitirão ao país manter em 82% o uso de fontes renováveis de energia elétrica”

Casagrande defende usinas no rio Madeira, mas só se Ibama autorizar

O líder do PSB, Renato Casagrande (ES), manifestou esperança de que o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) conclua que as usinas hidrelétricas projetadas para o rio Madeira são viáveis em termos ambientais.

Para ele, “só com as hidrelétricas desse rio o país manterá em 82% o uso de fontes energéticas renováveis na geração de eletricidade no país”.

O senador discorda da possibilidade de construção das usinas na Amazônia sem a autorização técnica do Ibama. Casagrande ponderou que, sem a construção das hidrelétricas e com a opção por derivados petrolíferos na geração de eletricidade, haverá grande



Casagrande teme que, sem hidrelétricas, o Brasil passe a emitir mais gases poluentes

aumento na emissão de gás carbônico por parte do Brasil. “Com as hidrelétricas do Madeira, em 2016 o setor de geração de eletricidade estará emitindo 106 milhões de

toneladas por ano. Sem elas, a emissão subirá para 180 milhões de toneladas”, argumentou.

Casagrande informou que a Comissão Mista sobre Mudanças Climáticas irá a Belém na próxima semana, onde participará de uma audiência pública na Assembleia Legislativa do Pará sobre os problemas climáticos que a Amazônia poderá enfrentar com o aquecimento do planeta.

O parlamentar disse que, na ocasião, deverão ser abordados os problemas ambientais da construção da hidrelétrica de Belo Monte, no rio Xingu, naquele estado. Casagrande recebeu apoio dos senadores Inácio Arruda (PCdoB-CE) e Flexa Ribeiro (PSDB-PA).

Arns aguarda posição de ministério sobre medicamentos gratuitos

Flávio Arns (PT-PR) afirmou que o ministro da Saúde, José Gomes Temporão, prometeu dar uma posição, no máximo até a próxima semana, sobre a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que limita aos medicamentos contemplados em portaria do Ministério da Saúde a obrigatoriedade do fornecimento gratuito de remédios a portadores de doenças graves e crônicas.

O senador explicou que as comissões de Direitos Humanos (CDH) e de Assuntos Sociais (CAS) criaram grupo de trabalho, com representantes do Ministério da Saúde, do Ministério Público Federal e das entidades que

compõem o Movimento pela Vida – Brasil Mostra a tua Cara, e levaram o caso ao ministro da Saúde na semana passada.

Segundo Flávio Arns, o Movimento pela Vida, composto por 13 entidades, está preocupado com a possibilidade de a decisão do STF – que diz respeito apenas a Alagoas – prejudicar também a distribuição, pelo Sistema Único de Saúde (SUS), de medicamentos em outros estados.

De acordo com o senador, como muitas doenças não estão arroladas na relação das consideradas graves ou crônicas pelo ministério, os medicamentos necessários não fazem parte da portaria, ou



Arns espera que Temporão se manifeste até a próxima semana sobre decisão do STF

constam em quantidades que muitas vezes não estão de acordo com a prescrição médica.

– O próprio procurador da República, adequadamente, disse que quem preceitua a quantidade de medicamento não pode ser uma portaria, mas o médico que está diante de uma situação específica – observou.

Suplicy registra posse de Luciano Coutinho no BNDES

Ao cumprimentar o professor Luciano Coutinho por ter assumido, ontem, a presidência do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Eduardo Suplicy (PT-SP) sugeriu a ele e aos demais membros da equipe econômica do governo que estudem a possibilidade de o Brasil instituir o mais rapida-



Suplicy informou que novo presidente do banco buscará o sucesso do PAC

mente possível a Renda Básica de Cidadania.

O senador destacou trechos do discurso de posse de Coutinho, como a afirmação de

que o BNDES fará o que for necessário para que o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) seja bem-sucedido.

Também citou a revelação feita por Coutinho de que o presidente Lula o desafiou a fazer com que o banco chegue mais próximo das médias, pequenas e microempresas.

Suplicy manifestou seu pesar pela morte do empresário Octavio Frias de Oliveira, publisher do Grupo Folha. Ele assinalou a importância dos veículos do grupo para que a população possa estar sempre bem informada.



Viana: presidente do Senado prevê votação da regulamentação das áreas

Tião Viana destaca artigo de Renan defendendo as ZPEs

A pedido do senador Tião Viana (PT-AC), será incluído nos Anais do Senado artigo de Renan Calheiros (PMDB-AL) publicado ontem pelo Correio Braziliense. No artigo, intitulado “As ZPEs e o desenvolvimento nacional”, o presidente do Senado afirma que, após 11 anos de debates entre especialistas, economistas, exportadores, representantes de pólos industriais e de trabalhadores, governistas e opositores, não existe mais argumento capaz de adiar a votação, no Senado, do projeto que regulamenta as zonas de processamento de exportação (ZPEs). A proposta tramita no Congresso desde 1996.

Aprovado projeto que federaliza trecho rodoviário

Magno Malta (PR-ES) comemorou ontem a aprovação, pela Comissão de Infra-Estrutura (CI), do projeto de sua autoria (PLS 22/04) que inclui no sistema rodoviário federal o trecho entre as cidades de Pedro Canário (ES) e Nanuque (MG).

O senador pediu que os deputados apreciem a matéria o mais rapidamente possível, para que o governo possa iniciar logo a recuperação da estrada. Segundo Malta, as obras trarão benefícios para Espírito Santo, Bahia e Minas Gerais, pois facilitarão o escoamento da produção da indústria alcooleira da região.



Magno Malta: medida possibilitará obras que facilitarão escoamento de produção

Wilson Matos sugere medidas para o ensino

Sugestões para melhorar a qualidade do sistema de ensino foram apresentadas por Wilson Matos (PSDB-PR). Entre as medidas, estão o aumento dos dias letivos de 200 para 220, a mudança da duração das horas-aula de 50 para 60 minutos, a extinção da aprovação automática nas séries iniciais, o estabelecimento de um máximo de 25 alunos por sala de aula e o aumento da frequência mínima exigida para aprovação nas escolas brasileiras de 75% para 90% dos dias letivos.

– Nos países industrializados, em geral, não há permissão para faltas não-justificadas. No Japão, o aluno só pode faltar se for ao hospital. E lá no hospital há professores para lhe dar atendimento. Aqui, o aluno pode faltar a 25% das aulas sem dar satisfação a ninguém – argumentou.

O senador elogiou o governo federal pela implementação de medidas na área de educação, como o Programa Universidade para Todos (ProUni) e a instituição do Índice da Educação Básica (Ideb) e da Provinha Brasil, destinada a avaliar a alfabetização das crianças de seis a oito anos.

Wilson Matos destacou a visita que fez à cidade de Ivatuba (PR), com o objetivo de verificar as ações que asseguraram à Escola Municipal Afrânio Peixoto a inclusão no ranking das melhores escolas de 1ª a 4ª série do país.

Em aparte, Sibá Machado (PT-AC) elogiou o pronunciamento.



Wilson Matos defende máximo de 25 alunos nas salas de aula

Senadores lembram os dez anos da morte do educador que desenvolveu método de alfabetização de adultos e defendeu a importância do socialismo para o país

Cristovam e Nery destacam papel de Paulo Freire em favor da educação

Os dez anos da morte do educador Paulo Freire (1921-1997), pernambucano que se destacou pela criação de um método de alfabetização de adultos, foram lembrados ontem em Plenário por Cristovam Buarque (PDT-DF) e José Nery (PSOL-PA).

Cristovam afirmou que o educador “foi um dos maiores brasileiros do século 20, pela sua força, carisma e autoridade”.

– Eu sinto duas grandes saudades de Paulo Freire: uma, é a saudade pessoal, de quem conviveu com ele; a outra é a saudade cívica de um brasileiro que percebe, hoje, como ele seria imprescindível para trazer de volta o sonho utópico e o compromisso revolucionário com a educação – assinalou.

José Nery relembrou a trajetória do educador, que aprendeu a ler em casa, escrevendo com gravetos, e se tornou referência mundial para intelectuais da educação.

Cristovam, que ainda muito jovem, no Recife, entrou em contato com o Programa de Alfabetização de Adultos, criado por Paulo Freire, afirmou que o programa e as idéias do educador foram decisivos em sua formação como militante e político de esquerda. O senador pelo DF relatou também seu convívio com Paulo Freire no Conselho Diretor da Universidade de Brasília (UnB), à época em que foi reitor da instituição, e o classificou como um “homem da utopia social”, por conciliar os seus interesses educacionais com a ideologia socialista.

Projeto visa instituir programa Biblioteca do Professor

Projeto apresentado pelo senador Cristovam Buarque objetiva a instituição do programa Biblioteca do Professor, prevendo que cada professor terá direito a receber pelo menos dois livros por ano. Os títulos que irão compor esse acervo serão escolhidos após consulta aos professores e conforme os princípios do Programa Nacional do Livro Didático, do Ministério da Educação, fundo que financiaria a aquisição do material.

Implantado por Cristovam quando era ministro da Educação (de 2003 a 2004), o programa, que distribuiu 1 milhão e meio de livros a professores de alfabetização e de 1ª a 4ª série,

não teve prosseguimento nos anos seguintes.

Em sua justificativa à proposição (PLS 186/07), o parlamentar afirma que a Biblioteca do Professor irá favorecer um “permanente processo de formação, que permita ao professor leigo alcançar a literatura; que leve o licenciado a se especializar.” Para Cristovam, esse tipo de iniciativa não pode ser “submetida a interrupções com a mudança de titulares da pasta de Educação”.

Desde 1985 o Programa Nacional do Livro Didático distribui gratuitamente livros aos estudantes do ensino fundamental, selecionando as obras

para Cristovam, a permanência da obra de Freire se justifica pelo fato de a educação representar atualmente “quase que um objetivo da utopia que a gente precisa no futuro”. Em sua avaliação, a igualdade social será decorrente da igualdade do conhecimento. “Hoje, estou convencido de que a luta não é mais entre capital e trabalho, mas, sim, entre quem tem e quem não tem conhecimento. O que diferencia a qualidade de vida de uma pessoa para outra é se tem ou não conhecimento”, observou.

Sonho e mudança

José Nery utilizou palavras do próprio Paulo Freire para manifestar sua inconformidade diante das injustiças sociais. “Não há mudança sem sonho, como não há sonho sem esperança. A compreensão da história como possibilidade e não como determinismo seria ininteligível sem o sonho, assim como a concepção determinista se sente incompatível com ele e, por isso, o nega”, citou.

O senador afirmou que o educador “questionou de forma contundente todas as formas de ensinar e aprender

impostas pela classe dominante” e fez da educação um “instrumento político de combate ao autoritarismo e de luta pela democracia”. Nery recordou que foi nos anos 60 que Paulo Freire desenvolveu seu método revolucionário de alfabetização. – Essa nova teoria valoriza o universo cultural e vivencial dos educandos, estabelece o diálogo como método e, através dele, a construção coletiva do conhecimento. Ao estabelecer uma relação dialógica entre natureza e cultura, faz com que os alunos se percebam como sujeitos, e, portanto, construtores de sua própria história. Dentro dessa perspectiva, a alfabetização é um processo de educação permanente, constituindo-se em instrumento de conscientização que gera projetos de transformação da realidade. Daí porque, insistia o professor, o ato de educar é eminentemente político, e o ato pedagógico, necessariamente coletivo – disse.

Nery cumprimentou a viúva de Paulo Freire, a professora Ana Maria Araújo Freire (Anita), presente à sessão plenária. O presidente do Senado, Renan Calheiros, associou-se à homenagem. Também se manifestaram os senadores Eduardo Suplicy (PT-SP), que solicitou ao governo providências para a instalação da Fundação Paulo Freire, em São Paulo; e Epitácio Cafeteira (PTB-MA), que observou ser digno de louvor encontrar alguém com o espírito do educador “num mundo em que cada um cuida de si”.

O senador argumentou ainda que os custos do projeto seriam muito baixos, citando números que estimam em R\$ 14 milhões o investimento realizado nos anos em que o programa foi adotado, de 2003 a 2004.

A proposta de Cristovam tramita na Comissão de Educação (CE), onde tem como relator o senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC).



Para Cristovam, o educador foi um “homem da utopia social”



Método de Paulo Freire gera projetos de transformação, diz Nery

Valter Pereira diz esperar que PDE mude estatística

Valter Pereira (PMDB-MS) analisou números do ensino básico divulgados pelo Índice de Desenvolvimento da Educação (Ideb), recém-criado pelo governo para aferir dados sobre a educação no Brasil. Segundo o senador, o quadro demonstrado pelo Ideb revela que, dos 5,5 mil municípios do Brasil, em apenas dez os alunos da rede municipal de 1ª a 4ª série do ensino fundamental conseguiram atingir ou superar a nota 6, numa escala de 1 a 10.

Por outro lado, ressaltou o senador, “embora o ensino público tenha se mostrado um fracasso nos últimos dez anos, é preciso reconhecer que o governo finalmente acordou”, referindo-se ao lançamento do Programa de Desenvolvimento da Educação (PDE) pelo presidente Lula.

– E ainda bem que, ao despertar, o governo estabeleceu metas. O objetivo é que os alunos alcancem metas compatíveis com o ensino de países mais desenvolvidos até 2021. Mais que isso, os alunos deverão aprender a ler até os oito anos de idade – enfatizou.

Valter Pereira observou ainda que, para alcançar essas metas, o Ministério da Educação deflagrou estratégias de fortalecimento do ensino fundamental, como a regulamentação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), além de convênios com as prefeituras, que, por meio de um ranking do Ideb, passarão a receber mais recursos à medida que apresentarem melhor desempenho no setor.



Valter lamenta resultado do Ideb, mas elogia metas do governo

Conforme decisão da CI, implantação prévia e obrigatória da rede de serviços básicos, como água e esgoto em vias urbanas, valerá para novos loteamentos

Infra-estrutura pode anteceder pavimentação de ruas



Ausência de saneamento contribui para disseminar doenças, diz Augusto Botelho

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) aprovou ontem projeto do senador Augusto Botelho (PT-RR) que condiciona a pavimentação de vias urbanas à prévia implantação da rede de infra-estrutura básica, como esgoto sanitário e abastecimento de água potável. A proposta, que teve como relator Adelmir Santana (DEM-DF), recebeu emenda de iniciativa de Cícero Lucena (PSDB-PB) e Flexa Ribeiro (PSDB-PA), segundo a qual a exigência valerá apenas para os

novos loteamentos.

Ao defender a emenda, Flexa Ribeiro citou o exemplo de Belém, onde somente 20% das ruas têm implantados os serviços de saneamento básico. O senador explicou que essa condição não deve impedir a pavimentação das ruas, o que é essencial para a melhora do transporte coletivo. O mesmo argumento foi usado por Cícero Lucena.

Ao justificar o projeto, Augusto Botelho destacou que a falta de saneamento básico é o principal

fator de disseminação de doenças infecto-contagiosas e uma das causas da elevação da taxa de mortalidade infantil.

O parlamentar disse que a implantação de infra-estrutura básica é dificultada pelos administradores públicos que se preocupam apenas com a pavimentação.

– Tal prática, condenável do ponto de vista técnico, explica-se pela escassa visibilidade política das obras de infra-estrutura – argumentou Augusto Botelho.

Também foi aprovado requeri-

mento de Inácio Arruda (PCdoB-CE) pedindo a criação de sub-comissão permanente destinada a examinar e debater os temas relacionados à infra-estrutura e ao desenvolvimento urbano.

A comissão aprovou ainda requerimento de Inácio Arruda para a realização de audiência pública com o ministro da Integração Nacional, Geddel Vieira Lima, com o objetivo de discutir as ações do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) no âmbito da sua pasta.

Transferência de duas rodovias para a União passa na CI

Na reunião de ontem, os senadores da Comissão de Infra-Estrutura aprovaram propostas transferindo duas rodovias para a administração federal – mediante inclusão na Relação Descritiva das Rodovias do Sistema Rodoviário Federal. Um dos trechos compreende ligação entre as cidades de Pedro Canário, no Espírito Santo, e Nanuque, em Minas Gerais, como previsto no PLS 22/04. De autoria do senador Magno Malta (PR-ES), com relatório de Wellington Salgado (PMDB-MG), o projeto foi acolhido em decisão terminativa.

A segunda proposição, oriunda da Câmara (PLC 67/06), refere-se ao trecho que liga a BR-222, entre a cidade de Chapadinha, no Maranhão, e a BR-342, na localidade de Buriti dos Lopes, no Piauí. O relator foi o senador Cícero Lucena (PSDB-PB). Essa proposta ainda será examinada em Plenário.

Durante a discussão, o senador Eliseu Resende (DEM-MG), ex-ministro dos Transportes, propôs que a CI discuta novos critérios para o exame de projetos que se destinem a incluir estradas no plano de rodovias federais. Ele disse que a intenção dos propositores tem sido “inócua”, já que, como observou, o governo federal pouco faz pela manutenção das rodovias.

O presidente da CI, Marconi Perillo, acolheu pedido para formação de um comitê com o objetivo de analisar o assunto. Segundo Eliseu Resende, que integrará o grupo, o plano atual está ultrapassado.



Relator da matéria, Flexa Ribeiro (quarto à dir.) propõe que governo federal fique responsável pela instalação dos equipamentos

Adiada decisão sobre bloqueio de celular em presídio

A votação, na Comissão de Infra-Estrutura, da proposta que torna obrigatória a instalação de bloqueadores de sinais de telefones celulares nas penitenciárias estaduais e federais foi transferida para a próxima quinta-feira. O adiamento, por pedido de vista coletivo, decorreu de apelo dirigido ao colegiado pelo senador Demostenes Torres (DEM-GO), que se encontrava ausente em razão de licença médica, mas pretende defender voto em separado que apresentou à matéria.

O parecer do relator, Flexa Ribeiro (PSDB-PA), fez profunda modificação no texto original, do então senador Rodolpho Tourinho, que atribui a obrigação de instalar, financiar e manter os equipamentos de bloqueio às operadoras. Já Flexa Ribeiro, em seu substitutivo, transfere a tarefa ao governo, mediante uso de recursos do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações (Fistel) para os equipamentos

destinados aos atuais presídios. Os novos seriam projetados com esses dispositivos.

Violência

Ontem, a proposta foi amplamente debatida na CI. O presidente da comissão, senador Marconi Perillo (PSDB-GO), defendeu a votação imediata da matéria, lembrando que a decisão vem sendo adiada há dois meses. “O projeto é de altíssima relevância para o Brasil e, sobretudo, para o Senado, no momento em que a Casa realiza esforço concentrado para esgotar a pauta do pacote antiviolência, para diminuir a criminalidade no país”.

Marconi esclareceu que Demostenes ainda teria oportunidade de defender sua concepção para o bloqueio de sinais nos presídios, por meio de emendas ao projeto durante a votação em turno suplementar.

Para permitir que o exame do voto alternativo de Demostenes fosse votado ainda ontem, alguns

senadores chegaram a subscrever o texto do senador por Goiás. Wellington Salgado (PMDB-MG) formulou pedido de vista, ao informar que havia recebido apelo do próprio Demostenes, por telefone. Como informaram outros parlamentares, Demostenes acredita que, se obrigação do bloqueio recair sobre as operadoras, a medida será mais eficaz. Ele foi o relator da matéria na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), onde ofereceu parecer pela aprovação, sem emendas.

– O tema da segurança ganhou notoriedade e virou uma espécie de corrida aprovar matérias relacionadas, mas nós estamos aqui para votar sem açodamento. Não é com imediatismo que se resolvem problemas. Não podemos desconsiderar o trabalho do relator, feito com todo zelo, nem o de Demostenes, um profissional que atua nessas questões de segurança – disse o senador Inácio Arruda (PCdoB-CE).

Flexa Ribeiro teme repasse dos custos aos consumidores

O senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) acredita que, se as empresas operadoras dos serviços de telefonia celular forem obrigadas a implantar, manter e fazer a atualização tecnológica de bloqueadores de sinais nos presídios, terminarão repassando os custos aos consumidores.

Essa é uma das justificativas do relator para sugerir, no substitutivo, a transferência ao governo das obrigações atribuídas às operadoras no texto original.

Conforme o projeto do então senador Rodolpho Tourinho, as operadoras serão obrigadas a instalar os bloqueadores nos presídios, no prazo máximo de 180 dias a contar da publicação da lei. O descumprimento da norma, além de resultar em multas, poderia causar perda do direito à exploração dos serviços de telefonia celular em caso de persistência de problemas. A multa mínima seria de R\$ 30 mil, com valor máximo subindo a R\$ 150 mil.

– Há consenso de que os presídios precisam de bloqueadores, mas resta definir a quem caberá o ônus. Se for obrigação das operadoras, elas vão transferir para tarifas e, evidentemente, ninguém cogita aumentar a carga de sacrifício sobre o cidadão – disse o relator.

Flexa Ribeiro também defende a necessidade de um único responsável pela operação de bloqueio. Observou, ainda, que outras faixas de sinais precisariam ser bloqueadas, de modo a evitar que os detentos encontrem meios alternativos para se comunicar com o exterior das prisões, para manter práticas criminosas.

Mão Santa culpa governo do Piauí por crise na saúde

No Piauí, os médicos têm de escolher um em cada quatro pacientes para atender, e procedimentos como transplantes de coração não estão mais sendo realizados, alertou ontem Mão Santa (PMDB-PI). Segundo o parlamentar, a responsabilidade por essa situação é dos “aloprados do PT”, o grupo político do governador Wellington Dias (PT), que estaria usando critérios políticos e não sociais e técnicos na administração da saúde.

Mão Santa citou em seu discurso reportagem veiculada na segunda-feira pelo Jornal da Globo sobre o que ele chamou de “mazelas” no setor de saúde do Piauí. No Hospital Getúlio Vargas, disse, faltam vagas na Unidade de Terapia Intensiva (UTI) e no Hospital Universitário do estado as obras já duram 18 anos – apenas um ambulatório está funcionando.

“Outro exemplo de desperdício”, conforme matéria mencionada pelo senador, é o Hospital de Urgência de Teresina, que começou a ser construído há 16 anos e já consumiu R\$ 14 milhões, mas nunca abriu as portas. De acordo com Mão Santa, os convênios necessários ao funcionamento do hospital não foram assinados ainda porque o prefeito é do PSDB.

– O hospital não é do PSDB. O hospital é do povo, que está necessitando dele – protestou.

O senador também leu trechos de um artigo do médico piauiense Edinaldo Miranda no qual este afirma que a retirada de recursos do Plano Plurianual de Investimentos (PPA) deixou sem equipamentos o Hospital Infantil Lucídio Portela. Cirurgias de bexiga, consideradas um avanço em termos mundiais, praticamente deixaram de ser realizadas, conforme matéria citada por Mão Santa.



Para Mão Santa, “aloprados do PT” são os responsáveis por falhas na gestão do setor

Discussão sobre prevenção do papilomavírus visa instruir projeto nesse sentido, de Ideli Salvatti, que tramita na CAS



Em reunião da Comissão de Assuntos Sociais presidida por Arns (E), Paim (D) pede vista a projeto sobre uso do FGTS, relatado por Azeredo



Oferta de vacina contra HPV será debatida em audiência pública

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS), sob a presidência de Flávio Arns (PT-PR), aprovou ontem requerimento de Ideli Salvatti (PT-SC) para realização de uma audiência com a finalidade de instruir projeto de autoria da senadora que garante a oferta de vacinação contra o papilomavírus humano (HPV) à população.

A infecção genital pelo HPV é a doença mais comum entre todas as doenças sexualmente transmissíveis (DST). No Brasil, são registrados aproximadamente 137 mil casos por ano, na sua forma clínica, o que representa apenas 1% das infecções, estimadas em 10 milhões a cada ano. A grande relevância dessa infecção, como explica Ideli, é seu papel na indução do câncer de colo uterino, importante causa de morte entre as mulheres.

Para a realização do debate, que instruirá o PLS 51/07, foram convidados a ministra Nilcéa Freire, da Secretaria Especial



Proposta de Ideli tem por objetivo reduzir os casos de infecção pelo papilomavírus

de Políticas para as Mulheres; Luiz Santini, diretor do Instituto Nacional do Câncer (Inca); Maria José Araújo, coordenadora da Saúde da Mulher do Ministério da Saúde; e Luisa Lina Villa, diretora do Instituto Ludwig para a Pesquisa em Câncer e representante da Federação Brasileira de Ginecologia e Obstetria.

Modelos

A CAS acolheu também requerimento de Marcelo Crivella

(PRB-RJ) de audiência pública no sentido de instruir o PLS 15/07, que acrescenta artigo na CLT com a finalidade de estabelecer medidas para proteger a saúde de modelos e manequins no exercício de suas profissões. Na justificativa da proposta, Crivella lembra que o mercado da moda estabeleceu um padrão de beleza a ser seguido por essas profissionais que vai de encontro ao peso mínimo determinado por médicos para que uma pessoa seja considerada saudável. A proposta, disse, prevê que as profissionais sejam examinadas constantemente e responsabiliza empresas e médicos envolvidos no controle da atividade.

Entre os convidados para o debate, estão os ministros da Saúde e do Trabalho e Emprego, bem como representantes do Ministério Público do Trabalho, da Associação Brasileira de Psiquiatria e do Grupo de Estudo e Assistência em Transtornos Alimentares.

Ministro do Trabalho discute utilização do FGTS

O ministro do Trabalho e Emprego, Carlos Lupi, discutirá, em audiência marcada para o próximo dia 16, no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais, proposta que prevê novas possibilidades de saque do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). A pedido do ministro, o senador Paulo Paim (PT-RS) pediu vista da matéria na reunião de ontem.

– Ele [o ministro] nos solicitou que pedíssemos vista do projeto e que permitíssemos que viesse, em audiência, dialogar conosco sobre o tema – explicou Paim.

O senador Flávio Arns (PT-PR), que presidiu a reunião a pedido da presidente da CAS, senadora Patrícia Saboya (PSB-CE), destacou que logo após a

reunião com Carlos Lupi, a proposta voltará à pauta.

O relator do PLC 18/02, senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG), elaborou um substitutivo com base na análise de outros 13 projetos com teor semelhante, todos prevendo novas possibilidades de uso dos recursos do FGTS. Ele limitou, no entanto, as novas possibilidades em apenas três: aquisição de lote urbanizado; quitação de prestações atrasadas de financiamento habitacional; e amortização de parcelas de financiamento estudantil.

– Se [o FGTS] pode ser usado para comprar casa, ações e para fundo de construção, por que não pode usar pra bancar estudo? – questionou.

Na passagem do projeto pela

Comissão de Educação (CE), foi acatada pelo relator, também o senador Azeredo, emenda de Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) permitindo o saque para constituição de microempresa por titular desempregado.

Azeredo lembrou que o Programa de Aceleração do Crescimento determina a criação de um fundo de investimentos com recursos do FGTS que prevê a utilização de R\$ 5 bilhões, podendo chegar a até R\$ 18 bilhões, segundo cálculos do senador. E ressaltou que a Caixa Econômica Federal sempre se opõe ao aumento das possibilidades de saque.

– Defendo [as hipóteses previstas no substitutivo] agora com mais força do que defendia anteriormente – afirmou Azeredo.

Adiada votação de projeto que define prioridades do BNDES

A proposta que estabelece prioridades para aplicação dos recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) teve sua análise adiada na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) para a próxima semana, a pedido do relator da matéria, Fernando Collor (PTB-AL). A decisão foi anunciada pelo senador Flávio Arns (PT-PR), que presidiu a reunião de ontem.

O projeto (PLS 35/07), do senador Osmar Dias (PDT-PR), determina a aplicação de pelo menos 85% dos recursos disponíveis do BNDES para financiamento de empresas de capital nacional. A proposição fixa ainda que 35%, no mínimo, do orçamento anual do banco serão destinados à indústria da construção civil. Collor apresentou parecer favorável ao projeto, oferecendo, porém, substitutivo a fim de adequar a proposta, entre outras questões, à extinção do conceito de “empresa de capital nacional” imposta pela revogação do artigo 171 da Constituição (EC 6/95).

O pedido de adiamento da votação do projeto vai permitir que Collor analise duas emendas sugeridas pela senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO). A parlamentar propõe a substituição do Ministério da Fazenda pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior como órgão responsável pela publicidade das ações do BNDES e a destinação de pelo menos a metade dos recursos propostos por Osmar Dias para empreendimentos nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Entrosamento

Ainda na mesma reunião, Arns destacou o trabalho que vem sendo desenvolvido pela CAS, em conjunto com a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), no sentido de analisar temas que fazem parte das pautas dos dois colegiados. Conforme o senador, as comissões têm mantido contato com representantes dos ministérios que tratam de assuntos relacionados às competências de ambas, a fim de garantir que as propostas aprovadas sejam implementadas pelo governo.

Paulo Paim (PT-RS), presidente da CDH, reiterou o entrosamento entre os dois colegiados e a tendência de ambos de buscarem trabalhar sobre propostas que visam ao benefício dos cidadãos.